

Reitor da UNB faz denúncias

Da Sucursal de Brasília

O reitor da Universidade de Brasília, prof. Laerte Ramos de Carvalho, referindo-se ontem aos motivos que o levaram a suspender as atividades dos cursos daquele estabelecimento de ensino, declarou que o que vem perturbando a UNB, em alguns de seus setores, "é o sectarismo ideológico". Acrescentou: "Professores sectários não oferecem opção ao estudante, mas procuram moldar-lhe a mentalidade segundo seus próprios pontos de vista".

O prof. Laerte Ramos de Carvalho explicou que não concordara em contratar determinado professor — fato que provocou a greve dos professores, instrutores e estudantes — porque, entre outros motivos, ele não possui os títulos necessários para exercer suas atuais funções e porque sempre agitou os ambientes escolares por onde passou.

Intocáveis

O reitor disse ainda que,

aparentemente, o motivo da greve é o da solidariedade ao mencionado professor, mas que, na realidade, "o que há na UNB é uma situação de professores intocáveis, embora todos eles trabalhando sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, quer dizer, sem garantia de estabilidade".

"O estado de intranquilidade e indisciplina aqui na UNB é estarrecedor", disse o reitor e acrescentou que os responsáveis pela situação são os remanescentes do grupo que fez na UNB "um ativo reduto da subversão, que a Revolução de 31 de março de 1964 até agora não conseguiu dissolver".

Conselho Diretor

O reitor da Universidade de Brasília suspendeu ontem as atividades dos cursos daquele estabelecimento de ensino e convocou o Conselho Diretor da Fundação da Universidade para examinar a situação criada pela greve dos professores, instrutores e alunos, decretada no sábado. O Conselho Diretor deverá reunir-se na quarta-feira, dependendo da chegada de alguns de seus membros, que se encontram no Rio.

Por outro lado, o ministro da Educação, prof. Flávio Suplicy de Lacerda, que retornou ontem a Brasília, mantém-se informado sobre o desenrolar da crise, declarando que só intervirá se o caso chegar ao Conselho Federal de Educação. (Pág. 10).